



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de
Políticas Públicas -FACE
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais – CCA
Bacharelado em Ciências Contábeis

PATRÍCIA GOMES PIMENTEL

PROGRAMA DE SUBVENÇÃO AO PRÊMIO DO SEGURO RURAL: UMA
ANÁLISE CRÍTICO-COMPARATIVA .

BRASÍLIA, DF

2017

Professora Doutora Márcia Abrahão Moura

Reitora da Universidade de Brasília

Professor Doutor Enrique Huelva Unternbäumen

Vice Reitor da Universidade de Brasília

Professor Doutor Jaime Martins de Santana

Decano de Pesquisa e Pós-Graduação

Professor Doutor Roberto de Goes Ellery Junior

Diretor da Faculdade de Administração, Contabilidade, Economia e Políticas Públicas

Professor Doutor José Antônio de França

Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais

Professor Doutor Jomar Miranda Rodrigues

Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis – Diurno

Professor Mestre Elivânio Geraldo de Andrade

Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis – Noturno

PATRÍCIA GOMES PIMENTEL

**PROGRAMA DE SUBVENÇÃO AO PRÊMIO DO SEGURO RURAL: UMA
ANÁLISE CRÍTICO-COMPARATIVA.**

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Administração, Contabilidade, Economia e Políticas Públicas da Universidade de Brasília como requisito parcial à conclusão da disciplina Pesquisa em Ciências Contábeis e consequente obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Doutor Bruno Vinícius Ramos
Fernandes

BRASÍLIA, DF

2017

PIMENTEL, Patrícia Gomes

Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural: uma análise crítico-comparativa.

Patrícia Gomes Pimentel; orientação: Bruno Vinícius Ramos Fernandes. - Brasília, Universidade de Brasília, 2017, 41 p.

Orientador: Prof. Doutor Bruno Vinícius Ramos Fernandes.

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia – Graduação) – Universidade de Brasília, Faculdade de Economia, Administração e Ciências Contábeis – FACE. 2º Semestre de 2017.

Bibliografia.

Palavras-chave: Custos, Seguro Rural, Programa de Subvenção ao Seguro Rural- PSR

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a evolução do seguro agrícola, bem como seu custo por hectare, com base Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural - PSR do governo brasileiro, que tem como foco aumentar a aquisição de seguros para as áreas rurais no país, nas modalidades: agrícola, pecuária, florestas e aquícola, no período de 2006 a 2016.; seguindo como exemplo um programa semelhante implementado pelo governo dos Estados Unidos da América que alcançou resultados interessantes. O estudo traz um resumo sobre a história do seguro no Brasil e no mundo, assim como propriamente do seguro rural. Faz ainda uma breve síntese sobre o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária – PROAGRO, assim como a importância do agronegócio para a economia brasileira e a gestão de riscos no setor. Foram apresentados indicadores de: porcentagem de área plantada segurada, subsídios anuais, custo médio de prêmio por hectare, entre outros. Conclui-se que o gerenciamento do risco na agricultura é importante para o país, mas que o programa ainda está começando, tendo muito o que evoluir.

Palavras-chave: Custos. Seguro Rural. Programa de Subvenção ao Seguro Rural- PSR.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: PORCENTAGEM DE APÓLICES POR SEGURADORA.....	20
GRÁFICO 2: PORCENTAGEM DE APÓLICES POR CATEGORIA.	22
GRÁFICO 3: TOTAL DE APÓLICES E PRODUTORES BENEFICIADOS POR REGIÃO.	23
GRÁFICO 4: PORCENTAGEM DE ÁREA PLANTADA SEGURADA.....	25
GRÁFICO 5: SUBSÍDIO DE 2006 A 2016.....	25
GRÁFICO 6: VALORES MÉDIOS POR ÁREAS SEGURADA.	26
GRÁFICO 7: MÉDIA DO VALOR SEGURADO POR ÁREA SEGURADA.....	28
GRÁFICO 8: PRÊMIO SOBRE VALOR SEGURADO.	29

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: VALOR MÉDIO DA SUBVENÇÃO POR ÁREA SEGURADA.	27
QUADRO 2: SUBVENÇÃO SOBRE O PRÊMIO.	28

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	6
1.1	DELIMITAÇÃO DA PESQUISA.....	7
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	8
2.1	HISTÓRIA DO SEGURO	8
2.1.1	História do Seguro Rural no Brasil	11
2.1.2	Programa de Subvenção ao Prêmio do seguro Rural	13
2.1.3	Seguro Rural nos Estados Unidos	15
2.1.4	Evolução histórica do seguro	17
3	METODOLOGIA	18
3.1	MÉTODO	18
4	ANALISE DE RESULTADOS	20
5	CONCLUSÃO	30
	REFERÊNCIAS	32

1 INTRODUÇÃO

A agropecuária (junção entre agricultura e pecuária) representa 25% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) (2017) e é considerado um setor de alto risco, já que várias intempéries como mudanças climáticas, pragas e acidentes podem causar a perda total ou parcial da produção.

Segundo Buainain e Silveira (2017), a agropecuária representou em 2015, 5% do PIB e 39% das exportações e deu emprego a cerca de 16 milhões de pessoas. A agropecuária é a base para o agronegócio que representou aproximadamente 21% do PIB e 46% do total de exportações. Além do valor econômico a agropecuária é importante por prover o alimento indispensável à população que é uma demanda crescente no mundo.

O Brasil é o maior exportador do mundo de café, açúcar, suco de laranja e carnes, afirma artigo recente da Confederação da agricultura e pecuária do Brasil (CNA), assim como o segundo maior exportador de milho e soja. A soja e suas variáveis são os produtos mais exportados pelo país e entre os 10 estão também açúcar de cana, café, milho e carnes. E perde por ano, Segundo Buainain e Silveira (2017), cerca de 1% da produção agrícola devido a eventos externos.

A Lei nº 10.823, de 19 de dezembro de 2003 autorizou o poder executivo a subsidiar parte do prêmio pago pelo produtor rural para obter o seguro rural. O Decreto nº 5.121 de 2004 estabeleceu os termos da subvenção e em 2005 o programa teve seu início definitivo, vigorando até os dias atuais.

O objetivo deste trabalho é analisar a evolução do seguro agrícola, bem como seu custo por hectare, com base Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural - PSR, no período de 2006 a 2016.

- i. Neste contexto, apresentam-se os objetivos específicos: analisar as tendências das seguradoras participantes do programa,

Foram utilizados dados fornecidos pelo MAPA, que é o órgão responsável pelo gerenciamento do programa, assim como dados relativos à área plantada e produção agrícola fornecidos pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

São apresentadas as seguradoras participantes e ramos de atuação, o crescimento ou decréscimo da área segurada e a análise do seguro rural nas regiões do Brasil e do custo do prêmio e da subvenção por hectare e a representação da subvenção no prêmio contratado.

A realização desse trabalho se justifica, pois os setores de seguros e o de agronegócio estão em crescimento e é importante demonstrar que o seguro rural é um atenuador aos riscos que enfrenta o setor agropecuário e pode ser um ramo em ascensão para as seguradoras. Também não há trabalhos tratando dos custos por hectare no PSR e este levantamento poderá demonstrar se o programa está ou não mudando os custos do seguro rural.

1.1 Delimitação da pesquisa

A pesquisa realizada neste trabalho está limitada aos dados fornecidos pelo MAPA o qual gerencia o PSR. Não há dados de seguros contratados fora do Programa de subvenção governamental, e é possível que estes seguros sejam uma parcela muito pequena do geral devido aos altos custos envolvidos.

Anteriormente, o MAPA disponibilizava a demanda e a oferta por seguros rurais no decorrer dos anos, hoje esta informação não é encontrada. Também não foi possível analisar o programa desde o primeiro ano, 2005, porque não há dados sobre este ano no site de indicadores do MAPA.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 História do seguro

Segundo Souza (2002), o seguro é um instrumento utilizado para amenizar os riscos se baseando no compartilhamento e na divisão destes riscos. Para o autor o instinto de conservação do ser humano sempre existiu, fazendo com que o homem se assegurasse e se protegesse.

Como nômades, os riscos eram enormes, além dos animais e das doenças o ser humano lidava com raios, terremotos, chuva e outros fenômenos da natureza. Com a intenção de diminuir o perigo o homem começou a viver em grupo, dividindo as tarefas e criando o mutualismo, que é a divisão do risco entre pessoas com interesses em comum constituindo uma reserva para quem sofresse perdas por conta de algo imprevisto.

Souza (2002) explica que na Babilônia no século XIII a.C. os comerciantes dividiam o gastos para a compra de um novo camelo para quem perdesse o seu na travessia do deserto. Por falta de uma matemática aprimorada as sociedades antigas não conseguiam mensurar as perdas esperadas, o mutualismo apenas amenizava o prejuízo após a ocorrência da perda.

O mutualismo era uma pratica comum em vários povos, hebreus, gregos, romanos, entre outros. Na idade média, a Igreja proibiu o mutualismo, alegando que apenas Deus poderia amenizar as perdas do homem. O seguro náutico, que era um acordo entre os banqueiros e navegantes a quem o primeiro concedia um empréstimo que deveria ser devolvido com juros se a embarcação voltasse em segurança, mas se o navio sofresse algum acidente o navegador não precisava pagar nada, também foi proibido pela igreja.

Souza (2002) aponta o seguro náutico e de seus elevados riscos como a causa para a criação das sociedades de banqueiros, que posteriormente daria origem as sociedades seguradoras. O seguro marítimo pode ser considerado um dos mais antigos e a origem para os outros.

Em 1684, devido a incêndios que aconteceram em Londres, foi criada a primeira companhia de seguros contra incêndio. Em Londres também foi criado o seguro de vida e a mais tradicional companhia de seguros do mundo, a Lloyd's.

A história do seguro no Brasil começou segundo Souza (2002) em 1808, quando foi criada a primeira companhia de seguros brasileira, após a chegada da corte Portuguesa. Primeiramente as seguradoras eram reguladas pela Casa de Seguros de Lisboa, sendo que o Código Comercial Brasileiro só foi criado depois da independência do país em 1822.

O Código Comercial Brasileiro, regeu os seguros marítimos e criou o seguro incêndio, de vida e de mortalidade de escravos. Anos depois surgiram os seguros terrestres e seguradoras internacionais começaram a atuar no Brasil.

Hoje o órgão responsável pela supervisão, organização, funcionamento e operacionalização das seguradoras é a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. A SUSEP foi criada em 1966, e o mesmo Decreto regulou todas as operações de seguros e resseguros e instituído o Sistema Nacional de Seguros Privados – SNPS.

Souza (2002) explica que o aumento do seguro no Brasil aconteceu depois do Plano Real, quando o consumidor de baixo poder aquisitivo se tornaram mais estáveis economicamente e puderam comprar este tipo de produto. A consciência do consumidor de classe média e baixa para a necessidade do seguro contribui para o crescimento do setor.

O segurador é a entidade jurídica que assume e gere o risco, ele emite a apólice e indeniza o beneficiário, no caso da ocorrência de um sinistro previsto na apólice. Para que a indenização seja recebida o prêmio, preço ou custo pago para que a seguradora assumo o risco, deve ser quitado de acordo com o previsto no contrato. Sinistro é a ocorrência do risco.

Os seguros podem ser classificados por tipo de risco sendo de pessoas, danos patrimoniais e de prestação de serviço.

Os seguros de pessoas tem o diferencial de não ser possível determinar o valor da vida de alguém. Por isso o valor da indenização depende da cobertura contratada. Alguns tipos deste seguro são: seguro de vida, de acidentes pessoais de saúde e de educação.

Os seguros de danos patrimoniais são contratados para rever ao segurado as perdas financeiras ocasionadas por sinistros. Nesta categoria entram os seguros de automóveis, incêndios, roubos e os rurais tratados neste trabalho.

Os seguros de prestação de serviço são para ressarcir e proteger o beneficiário de gastos com prestação de serviços, alguns exemplos são os para assistência médica e cirurgias.

O setor de seguros está em crescimento no país apesar dos problemas econômicos atuais. Em 2016 representou 6,4% do PIB nacional de acordo com o Relatório de Sustentabilidade do Setor de Seguros de 2016, elaborado pela Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNseg)

Fornazier, Souza e Ponciano (2012) considera o seguro rural como “(...) uma atividade do setor terciário da economia que se constitui num contrato, no qual, mediante uma taxa (prêmio), uma das partes contratantes se obriga a indenizar a outra por um prejuízo eventual”.

Em outras palavras, é o seguro que o produtor rural contrata, mediante o pagamento de um valor previamente estipulado e inferior a perda provável, para que em caso de ocorrência de algum evento, previsto na apólice, prejudicial ao bem segurado lhe garanta a indenização de parte do valor segurado.

Buainain e Silveira (2017) explicam que os fatores sociais e econômicos da agropecuária sofrem impactos de determinados aspectos próprios e riscos. Uma destas especificidades é a dependência da natureza, e não só do clima, mas também da terra que é limitada e de processos biológicos. Estas especificações criam riscos inerentes ao setor que comumente são maiores do que de outros setores da economia.

Segundo Guimarães e Nogueira (2009), a segurança da renda do produtor rural depende do gerenciamento destes riscos e incertezas, e as formas mais comuns são as oferecidas pelo setor financeiro e de seguros.

Por ser um setor que requer muito investimento se houver prejuízo recorrente o agricultor pode querer mudar o ramo de negócio já que o agricultor busca o lucro, como em qualquer outro ramo. Para Medeiros (2013), as perdas dos produtores rurais, por afetar a disponibilidade de alimento e de matéria prima para outros setores afetam toda a sociedade.

Buainain e Silveira (2017) definem o risco na agropecuária como “(...) uma medida de dispersão dos possíveis resultados que o agricultor pode obter em relação a um resultado esperado.” Estes autores também apontam as diferenças entre riscos e incertezas. Estas últimas estão ligadas ao futuro que é incerto, remetendo ao risco. O risco também pode ser definido como a mensuração da incerteza.

Buainain e Silveira (2017) dividem os riscos por sua origem, podendo ser externo ou interno ao processo produtivo e por sua natureza, podendo ser risco de produção, risco de mercado ou risco do ambiente de negócios.

O risco externo é aquele proveniente do clima, eventos econômicos, políticos e sociais, estes eventos não podem ser modificados pelo agricultor, este pode apenas gerenciá-los para amenizar as perdas. Os riscos internos são os de dentro da produção, como escolha de tecnologias, financiamentos, gerenciamento do processo produtivo, gestão de custos e outros.

Os riscos de produção é o de que não sejam produzidas a quantidade prevista. O risco de mercado é o relacionado ao preço do bem a ser vendido, que pode variar bastante. Estes dois riscos podem ser considerados como risco financeiro. Já o risco do ambiente de negócio está relacionado a mudança da legislação que rege o comércio mundial ou regional onde está inserido o agricultor.

As perdas no setor agropecuário interferem em vários ramos da sociedade, por isso é inerente o controle destes riscos. Para isso o governo criou vários programas e políticas que incentivam o controle do risco direta ou indiretamente. Neste trabalho trataremos daremos foco ao PSR.

Antes do PSR pouco da área plantada no Brasil era segurada devido ao alto valor do prêmio cobrado pelas seguradoras. Poucas seguradoras ariscavam este tipo de negócio, pois as áreas seguradas são grandes, distantes e difíceis de fiscalizar (há sempre a dúvida de que o contratante do seguro passou a real situação do bem segurado) e os riscos são de grande incerteza, em especial as variações climáticas.

É importante destacar que uma mesma seguradora não faz apólices do mesmo tipo para duas propriedades e bens localizados em uma mesma área geográfica, pois o sinistro acontecerá nas duas igualmente.

Segundo Ozaki (2007),

(...)o processo de precificação do prêmio pode abranger as mais diversas metodologias, porém, a qualidade da estimativa da taxa depende de um componente preponderante que é a informação. A disponibilidade de informações como as séries temporais de precipitação, horas de brilho solar, temperaturas instantâneas e médias, levantamento de safras e variações observadas na produtividade das culturas é fator limitante e apresenta em incipiente grau de disponibilidades nos diferentes estados brasileiros. (Apud BEZERRA, LEITE, HEIM, PEREIRA, HEIM, 2017, p.85)

2.1.1 História do Seguro Rural no Brasil

A história do seguro rural teve início na década de 1930, quando o Estado de São Paulo criou a obrigatoriedade do seguro da lavoura de algodão que sofria com a queda de granizo. Santos, Silva e Teixeira (2014), citam ainda vários seguros obrigatórios semelhantes em São Paulo e outros Estados após o sucesso deste primeiro.

Posteriormente, em 1954 foi criada pelo governo federal na Lei nº 2.168, a Companhia Nacional de Seguro Agrícola- CNSA, dissolvida pouco mais de 10 anos depois, por causa dos sucessivos déficits operacionais, de acordo com Pereira (2017).

Segundo Medeiros (2013), o mesmo Decreto que dissolveu a CNSA, Decreto-Lei nº 73/66, criou o Sistema Nacional de Seguros Privados (SNSP), o Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FESR) e com a intenção de reduzir o custo do seguro rural ao produtor, garantiu a isenção de impostos para este tipo de operação.

A finalidade do FERS é definida como a de garantir a estabilidade das operações agrícolas e atender à cobertura suplementar dos riscos de catástrofe, característicos do agronegócio.

Porém o FERS não conseguiu aumentar o seguro rural em todo o território nacional. Para atrair mais seguradoras para o ramo foi criado o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária – PROAGRO, na Lei n. 5.969/1973.

O PROAGRO tem como público alvo os pequenos e médios produtores e é gerenciado pelo Banco Central do Brasil – BACEN. O programa pretende garantir o pagamento do crédito rural ou o retorno de parte dos recursos próprios gastos pelos agricultores que tem suas lavouras prejudicadas por fenômenos naturais, pragas ou doenças, ou seja, visa reduzir o risco do produtor rural assim como o PSR.

O PROAGRO originalmente não assegurava toda a produção, mas sim 80% do financiamento destinado a ela, em 1988 a Lei nº1.569 determinou a possibilidade de segurar 100% do crédito e parte do valor gasto do próprio produtor.

Até 1991 existiu o chamado PROAGRO “velho” que estava completamente falido, pois o dinheiro arrecadado por ele dos produtores que faziam contratos, não conseguia arcar com as dívidas fazendo com que todo ano o governo tivesse que cobrir com dinheiro do Tesouro Nacional.

A Lei nº 8.171 instituiu o PROAGRO “novo”, nesta foi definido que o programa cobriria integral ou parcialmente os financiamentos e os recursos próprios usados para o custeio rural.

Antes desta Lei o PROAGRO atendia apenas produtores que obtivessem o crédito rural, o que era muito criticado, pois desta maneira segurava a instituição financeira e não o produtor rural. Este programa, não é um seguro propriamente dito e não está sujeito as regras do seguro rural, mas por proteger os produtores sinistrados é considerado um grande avanço para o seguro agrícola do Brasil.

A partir de 1997, o PROAGRO começou a exigir a observância do Zoneamento de Risco Climático- ZARC, que será tratado posteriormente neste trabalho. Esse programa é mantido por um valor chamado de Adicional que o produtor paga quando contrata o crédito. O Adicional é semelhante ao Prêmio pago no seguro rural convencional. Porém em alguns anos estes valores não são suficientes para suprir os gastos do programa como já citado anteriormente.

Em 1997, foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento a Agricultura Familiar- PRONAF, que tem como objetivo, manter o agricultor familiar na sua função, fornecendo crédito. Esse programa é atrelado ao Seguro da Agricultura Familiar- SEAF ou PROAGRO MAIS, ele é compulsório para quem participa do PRONAF.

SEAF e PROAGRO MAIS são duas maneiras de chamar o mesmo programa que segura o produtor rural familiar. Basicamente é muito semelhante ao PROAGRO tradicional, segurando o crédito concedido para produção rural com o adicional de ter disponível uma indenização ao produtor quando necessário.

O PROAGRO já foi alvo de denúncias de fraude várias vezes no decorrer dos anos e também não conseguiu se sustentar em todos os anos, mas mesmo assim é de grande importância para o produtor rural.

Os pequenos e médios produtores precisam da ajuda do governo quando perdem parte ou toda a produção por causa de sinistros relacionados ao clima, doenças ou pragas. O agricultor familiar, não tinha como se manter quando perdia a safra, e a agricultura é essencial para o país.

Além do PROAGRO existe o Programa Garantia Safra, segundo Santos e Silva (2017), “(...) voltado para a região delimitada pelas condições climáticas do semiárido, sob a atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, incluindo o norte de Minas Gerais e do Espírito Santo, ancorado na cobertura parcial de perdas dos agricultores familiares.”.

Vários trabalhos foram feitos com sugestões e conselhos para a criação de programas governamentais para aumentar o seguro rural no país. Até que em 2003 a Lei nº 10.823 autorizou o poder executivo a subsidiar este tipo de seguro. Mas apenas no ano seguinte o Decreto nº 5.121 regulamentou o Programa que começou a funcionar efetivamente em 2005.

2.1.2 Programa de Subvenção ao Prêmio do seguro Rural

Santos, Silva e Teixeira (2014), afirmam que o programa de subvenção foi criado por custar menos ao governo do que os adiamentos dos pagamentos das dívidas dos produtores que tinham contratado crédito rural quando ocorriam sinistros nas lavouras.

O órgão responsável por operacionalizar o PSR é o MAPA e as diretrizes do programa definidas no Decreto nº 5.121 são:

- Possibilitar o acesso ao seguro rural para um maior número de agricultores;
- Confirmar o seguro rural como meio para a estabilidade na produção agropecuária; e
- Melhorar a gestão do agronegócio e impulsionar a implementação de tecnologias apropriadas.

Para poder receber o subsídio a pessoa física ou jurídica, não pode ter débitos com a União e deve contratar alguma das seguradoras inscritas no programa. Que são atualmente:

- Allianz Seguros S.A.
- Companhia de Seguros Aliança do Brasil
- Companhia Excelsior de Seguros
- Esson Seguros S.A.
- Fairfax Brasil Seguros Corporativos S/A
- Mapfre Seguros Gerais S.A.
- Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais
- Sancor Seguros do Brasil S.A.
- Swiss Re Corporate Solutions Brasil Seguros S.A.
- Tokio Marine Seguradora

O programa atende as modalidades: agrícola, pecuária, florestas e aquícola, para a categoria de multirrisco e para riscos específicos. Os riscos mais comuns segurados são: incêndio, raio, granizo, chuva excessiva, inundação, seca, ventos fortes.

Algumas seguradoras cobrem ainda acidentes de transporte, roubo e furto, variações excessivas de temperatura e a não germinação das sementes.

Segundo o MAPA,

O Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC) é um instrumento de política agrícola e gestão de riscos na agricultura. O estudo é elaborado com o objetivo de minimizar os riscos relacionados aos fenômenos climáticos adversos e permite a cada município identificar a melhor época de plantio das culturas, nos diferentes tipos de solo e ciclos de cultivares. (2016)

É obrigatória a observância do ZARC para participar do PSR, assim como do PROAGRO. De acordo com Medeiros (2013) esta obrigatoriedade visa atender ao objetivo de melhorar a gestão do agronegócio e impulsionar a implementação de tecnologias apropriadas e é também utilizado pelas seguradoras para determinar o valor do prêmio que será cobrado, mesmo quando não participaram do programa.

Alguns autores, como Farias (2016), afirmam que o ZARC e os programas que dependem da sua implementação pelo agricultor, forcem estes a seguir práticas que não eram do seu interesse, por exemplo, utilização de agrotóxicos.

O ZARC também não é realizado para todas as culturas, o que pode fazer com que o agricultor interessado em participar de um dos programas mude o seu tipo de cultivo. Outro

ponto negativo do ZARC, é que alguns agricultores, principalmente os da agricultura familiar, não possuem condições financeiras para comprar os insumos recomendados pelo zoneamento.

O PSR foi criado para atender o produtor rural que não se enquadra ou não opta por nenhum dos dois programas citados anteriormente, PROAGRO e Garantia Safra, ou seja, atende preferencialmente o médio e grande produtor rural. São proibidos contratos do mesmo bem em programas diferentes, porém segundo o Tribunal de Contas da União - TCU (2013) vinha acontecendo sobreposições de contratos.

O TCU (2013) constatou que alguns produtores estavam se beneficiando dos dois programas e muitas vezes para a mesma área e que os administradores dos programas não estavam considerando esta ocorrência. Segundo eles o MAPA e o BACEN, são culpados por não trabalharem juntos no planejamento e definições dos programas.

O produtor com um risco menos elevado pode optar por participar do PSR, porque o prêmio cobrado seria menor do que o adicional comprado pelo PROAGRO que é um valor fixo. Já um produtor com alto risco pode escolher o PROAGRO, porque o valor do adicional é menor do que o do Prêmio do PSR. Gerando uma seleção adversa, que é uma falha de mercado explicada posteriormente.

O TCU sugere a diminuição do público alvo dos dois programas evitando que enquadrem os mesmos produtores.

2.1.3 Seguro Rural nos Estados Unidos

Os Estados Unidos foram pioneiros em seguro rural formal de grande escala, segundo Ozaki e Shiota (2006), e o primeiro seguro de múltiplos riscos foi realizado em Minneapolis no final do século 19. Houve grandes perdas de safras por causa de eventos climáticos, em alguns momentos as seguradoras tiveram grandes prejuízos.

Em 1933, foi criado o primeiro programa com característica de seguro, que tinha como objetivo a estabilização da oferta e do preço das *commodities*. O programa propriamente dito teve sua legislação criada em 1938, originando a Companhia Federal do Seguro Agrícola que entrou em operação no ano seguinte.

Nos primeiros anos esta companhia teve prejuízos decorrentes da maneira com que era feita a precificação do prêmio, dos cálculos incorretos de estimativa de produtividade e de seleção adversa.

Guimarães e Nogueira (2009), em seu trabalho sobre a experiência norte-americana com Seguro Rural, abordam algumas falhas de mercado que segundo eles inibem a formação de mercados de seguros tais como a informação assimétrica, a seleção adversa e o risco moral.

Informação assimétrica é quando uma das partes de um negócio, consumidor ou vendedor, sabe mais sobre o bem negociado. A seleção adversa é fruto da informação assimétrica e acontece quando na falta de informação produtos inferiores são vendidos pelo preço de um produto melhor. Já o risco moral, acontece em mercados em que existe informação assimétrica e um dos agentes age de maneira diferente da acordada quando o outro agente não consegue fiscalizar.

No final dos anos 80 o programa ainda não tinha atingido a meta de 50% da área segurada, assim sendo, o governo americano aumentou o subsídio e criou a obrigatoriedade de um seguro básico. O resultado foi favorável e em 1995 a área segurada já era de 80% do total.

Entre as críticas ao programa norte-americano apresentadas por Guimarães e Nogueira (2009), estão o baixo número de beneficiados, a baixa diversidade de culturas e áreas geográficas atendidas. Veremos que no Brasil estas críticas também são pertinentes.

Os autores avaliam também os custos médios do subsídio por acre segurado, semelhante ao apresentado neste trabalho, e concluem que o programa de subsídio norte-americano é dispendioso e só apresenta resultados a longo prazo.

2.1.4 Evolução histórica do seguro

Início da humanidade	Já existia o extinto de conservação que impulsionou o homem a vida em sociedade e a extinção da prática nômade. Começando a prática do mutualismo.
Século XIII	Na babilônia comerciantes do mesmo ramo iniciam a divisão das perdas entre ele. Prática comum também entre os povos hebreus, gregos, romanos, etc.
Idade média	Criação do seguro náutico, um dos primeiros e base para os outros. Proibição do mutualismo e do seguro náutico pela Igreja.
Século XVII	Primeira Companhia de Seguros criada em Londres, assim como o seguro contra incêndios e de vida.
1808	Chegada da corte Portuguesa no Brasil e criação da primeira companhia de seguros brasileira regulada pela Casa de Seguros de Lisboa.
1822	Após a independência do Brasil, criação do Código Comercial Brasileiro. Este Código regeu o seguro marítimo e criou o seguro incêndio, de vida e de mortalidade de escravos.
Final do século 19	Primeira experiência do seguro rural em larga escala nos EUA. Em 1899, primeiro seguro de múltiplos riscos em Minneapolis.
1930	Início do seguro rural no Brasil com a criação da obrigatoriedade do seguro na lavoura de algodão pelo governo de São Paulo.
1933	Foi criado o primeiro programa com característica de seguro nos EUA, que tinha como objetivo a estabilização da oferta e do preço das commodities.
1938	Origem da Companhia Federal do Seguro Agrícola nos EUA.
1954	Lei nº 2.168 criou a Companhia Nacional de Seguro Agrícola –CNSA.
1966	Decreto-Lei 73- Criação da SUSEP, atual órgão responsável pela suspensão, organização, funcionamento e operacionalização das seguradoras, criação do Sistema Nacional de Seguros Privados(SNSP) e o Fundo de Estabilidade do Seguro Rural. Dissolveu também a CNSA após sucessivos déficits.
1973	Lei nº 5.969 criou o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO
1988	Lei nº 8.171 instituiu o PROAGRO “novo”.
Final anos 80	O programa americano não havia alcançado 50% da área segurada plantada.
1997	Tornou-se obrigatória a observância do ZARC para participar do PROAGRO. Criação do PRONAF e do SEAF ou PROAGRO MAIS.
1994	Aumento da subvenção do programa americano com a intenção de entre outras coisas aumentar a área segurada.
1995	O programa americano alcançou 80% da área plantada segurada.
2003	Lei nº 10.823 autorizou o poder executivo a subsidiar o seguro rural.
2004	Lei nº 5.121 criou o PSR.
2005	Início efetivo do PSR.
2013	TCU fez uma auditoria que constatou que estava havendo sobreposição de contratos do PROAGRO e do PSR.

3 METODOLOGIA

Análise dos dados coletados eletronicamente em sites do governo brasileiro para verificar o aumento da contratação de seguro rural, dos custos das apólices, dos valores segurados, da produção e outras variáveis por hectare de área segurada de 2006 a 2016 e demonstração da desigualdade entre os estados brasileiros e entre as seguradoras.

Foram retirados dados do site do MAPA, que é o órgão responsável organizar e disponibilizar informações sobre o PSR, em que são apresentados os indicadores do programa nos 10 anos estudados e do site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

O MAPA forneceu os dados relacionados aos seguros, enquanto a CONAB os relacionados propriamente a agropecuária, como exemplo a área plantada e a produção.

Estes dados foram organizados de forma a fornecer informações consideradas relevantes ao objetivo proposto. Os dados fornecidos pela CONAB para área plantada estão em mil hectares, para que fosse possível a comparação com área segurada e outras variáveis, os valores foram convertidos para hectares.

3.1 Método

Neste trabalho foram feitas análises exploratórias e qualitativa dos dados coletados do Programa de Subvenção ao Prêmio do seguro Rural e de dados inerentes a agricultura brasileira. Foram feitas também análises descritivas de leis, trabalhos acadêmicos e relatórios relacionados ao agronegócio, seguro rural, gestão de riscos e de programas relacionados a estes assuntos.

Foram feitas análises históricas do surgimento e o que é o seguro, surgimento e evolução do seguro rural no Brasil, dos programas do governo brasileiro que tinham como foco o gerenciamento do risco no agronegócio e uma breve explicação do surgimento e evolução do seguro rural nos Estados Unidos com base em leis, trabalhos acadêmicos, artigos e relatórios, em sua maioria, governamentais.

A análise consistiu em organizar e concentrar os dados encontrados em gráficos e quadros e descrevê-los. Foram usadas variáveis quantitativas e as amostras foram dados referentes aos anos de 2006 a 2016.

Os dados utilizados no trabalho foram área plantada e segurada do Brasil, produção total, produtores beneficiados pelo PSR, apólices contratadas participantes do PSR totais, apólices contratadas participantes do PSR para a categoria pecuária, valor segurado total, prêmio total paga pelas apólices do PSR, prêmio para a categoria de pecuária, subvenção paga

pelo governo para as apólices participantes do PSR e subvenção para a categoria pecuária. Todos estes dados foram classificados por Região e por Unidades da Federação.

Outros dados analisados foram a quantidade total de apólices por seguradora e por categoria de seguro no programa de subvenção ao prêmio do seguro rural.

Utilizando os dados citados foi feito um histórico temporal dos anos estudados e posteriormente análises como porcentagem de área plantada segurada e valor médio de área segurada e plantada nos anos estudados, excluindo neste último caso os valores referentes a pecuária, pois não estão relacionados a área segurada.

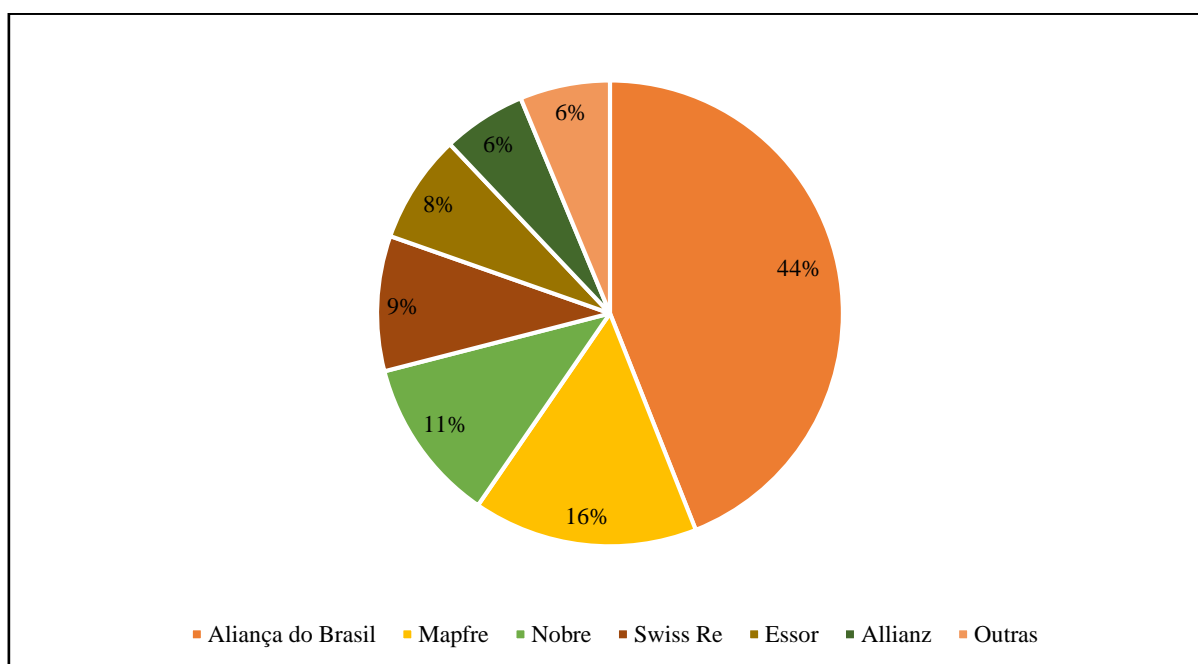
4 ANÁLISE DE RESULTADOS

De 2006 a 2016 foram subsidiadas pelo governo por meio do PSR quase 700 mil apólices, aproximadamente 3 bilhões e 182 milhões reais em subsídio pagos a um total de cerca de 470 mil produtores rurais beneficiados, que contrataram seguros de 12 seguradoras credenciadas pelo MAPA para operacionalizar o programa.

Como pode ser observado no Gráfico 1, a maior parte destas apólices, cerca de 44%, foram feitas pela Companhia de Seguros Aliança do Brasil, que faz parte da área de seguridade do conglomerado Banco do Brasil e é conhecida como BB seguros. A seguradora Mapfre também forma com a BB seguros o Grupo Segurador Banco do Brasil e Mapfre desde 2010. A companhia Aliança do Brasil assim como a Mapfre Seguros fizeram parte do programa em todos os anos estudados.

É importante dizer que a Aliança do Brasil não faz apólices pecuárias, pois esta categoria é entendida pela Mapfre seguros com quem a seguradora tem um união estratégica. Ela faz apólices para a categoria de frutas e apesar de trabalhar com o ramo de florestas não tem nenhuma apólice desta categoria no PSR. Do total de apólices aproximadamente 92% é de grãos, a maioria para plantações de soja, o produto mais exportado pelo Brasil. Esta seguradora não fez apólices para os estados do Acre, Amapá e Roraima.

Gráfico 1: Porcentagem de apólices por seguradora.



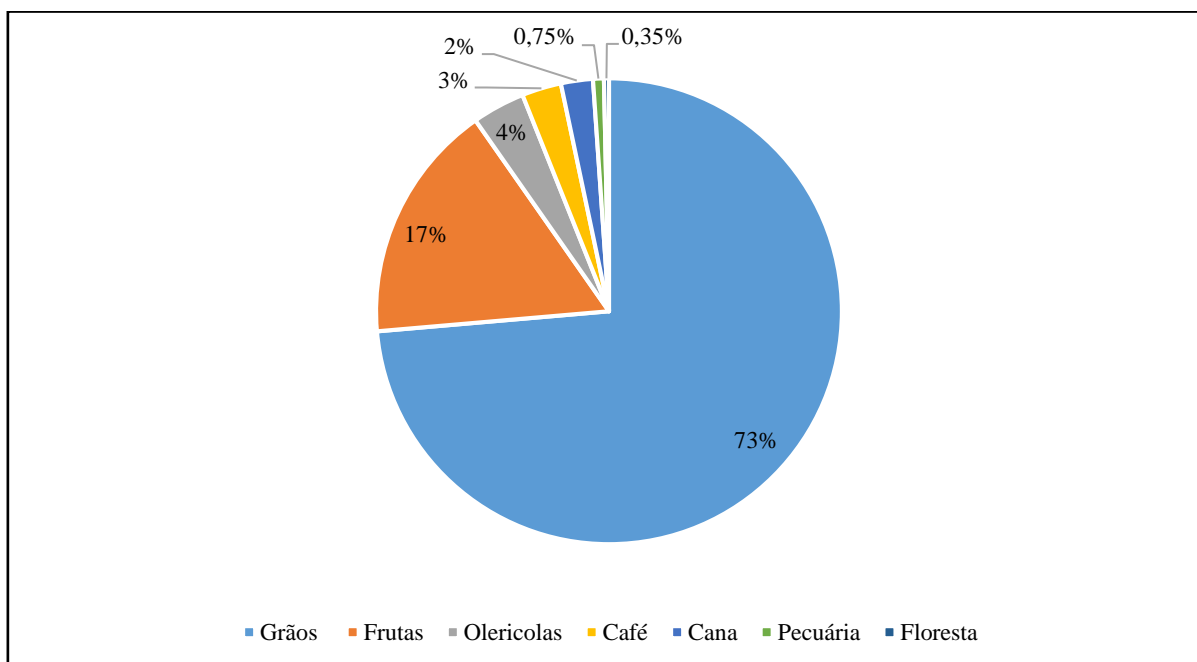
Fonte: Elaboração própria com base no site do MAPA (2017).

As duas seguradoras de maior representação no programa, Aliança do Brasil e Mapfre, estão ligadas ao governo, pois o Banco do Brasil é um banco governamental. Ou seja, além da ajuda de custo por meio do subsídio o governo está auxiliando na demanda do seguro rural. Isto demonstra que pode ainda existir uma relutância das seguradoras exclusivamente privadas em fornecer apólices para este tipo de seguro e que o governo está quando paga o subsídio retorna o dinheiro para ele mesmo de certa forma.

Das 12 seguradoras que já operacionalizaram contratos de seguro participantes do PSR a Itaú seguros esteve presente apenas em 2008, com apólices para floretas no DF e atualmente não comercializa seguros rurais. A seguradora Nobre foi liquidada extrajudicialmente em outubro de 2016, ela estava entre as principais seguradoras do programa e atuava em 17 estados e no Distrito Federal. Era também a principal seguradora da categoria de frutas, e foi preciso que o governo disponibilizasse 31,5 milhões de Reais no final de 2016 para esta categoria.

Apesar de fazer parte do programa, apenas 0,75% das apólices totais são destinadas a pecuária, vide Gráfico 2. Muito pouco considerando que as carnes estão entre os produtos mais exportados pelo Brasil. Das 12 seguradoras que são inscritas no programa apenas três - Allianz, Swiss Re e Mapfre – fizeram este tipo de seguro.

Desconsiderando a Allianz, que teve participação mínima neste seguimento, a Swiss Re esteve presente em todos os anos e foi responsável pelo maior número de apólices, valor segurado, prêmio e subvenção, mas tendo um número de produtores menor do que a Mapfre que só teve suas apólices contratadas para esse seguimento nos últimos 4 anos.

Gráfico 2: Porcentagem de apólices por categoria.

Fonte: Elaboração própria com base no site do MAPA (2017).

O Canal Rural em seu artigo recente (2017), Saiba por que apenas 1% dos pecuaristas faz seguro pecuário, afirma que a procura do seguro pecuário é pequena por causa dos altos custos e dos tipos de seguro ofertados pelas seguradoras, todo rebanho e para elite. O de rebanho tem a taxa de contratação mais alta do que as perdas e contratar apenas o elite não ajuda quando há algum sinistro, pois a maior parte do gado não está segurada. Cabe ao programa criar alternativas para aumentar a contratação este tipo de seguro.

Dividindo o Brasil em regiões, Norte, Nordeste, Centro-oeste, Sudeste e Sul e possível ver que a Região Centro-Oeste tem a maior área plantada, cerca de 44% do total e a maior produção do país, aproximadamente 47%. Porém a Região Sul foi mais beneficiada pelo PSR tendo a maior área segurada, cerca de 47%, e também os maiores subsídios, quantidade de produtores beneficiados, valor segurado e valor de prêmio.

A Região Norte do Brasil tem a menor área plantada e a menor produção, tem também os menores números no programa se comparada as outras regiões. O motivo destes baixos números é que todos os estados pertencentes à esta Região, pelo menos em parte, estão localizados no chamado Bioma Amazônico que tem restrição a estímulos de produção agrícola. O ZARC não é realizado em todos os Estados deste Bioma, nem em todos os anos e quando realizado é em poucas culturas, tendo o milho e a soja como os mais comuns.

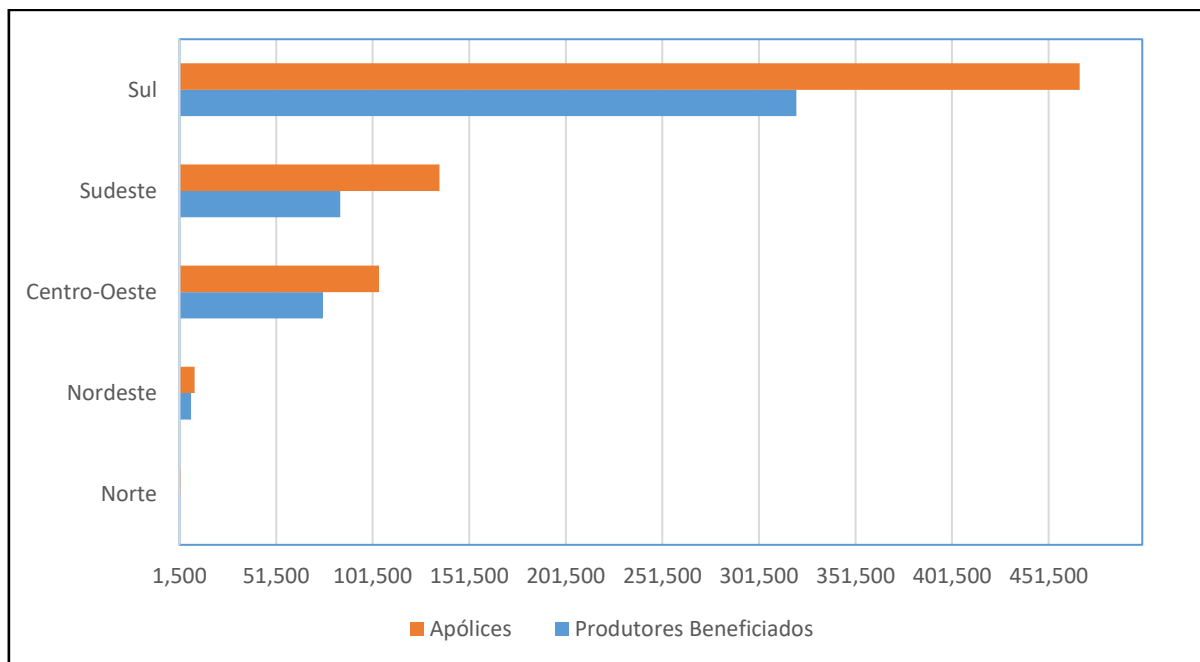
Vale destacar que o estado de Roraima não recebeu subsídio em nenhum dos anos estudados, apesar de não ser o estado com menor área plantada e produção, pois o ZARC não

existia no Estado até o final de 2016, quando foi realizado o primeiro estudo para algumas culturas.

Não foram encontradas informações de seguradoras que atuam em Roraima, mas considerando que estas empresas utilizam o ZARC para definir o valor dos prêmios, é possível que não eram comercializadas apólices ou que os valores dos prêmios eram muito elevados.

O Estado do Amapá só esteve presente em 2005, provavelmente pelo mesmo motivo de Roraima. E o estado do Tocantins, que não está completamente no Bioma Amazônico e por isso tem um ZARC variado todos os anos, apenas não esteve presente no programa no ano de 2007 e aumentou os seus índices ano a ano.

Gráfico 3: Total de apólices e produtores beneficiados por Região.



Fonte: Elaboração própria com base no site do MAPA (2017).

Apesar da quase inexistência de apólices para a Região Norte nos primeiros anos, provavelmente pela não publicação do ZARC, e do aumento nada significativo na área plantada e na produção, no decorrer do período houve crescimento da área segurada, de 50 hectares em 2006 para mais de 40 mil hectares em 2016, mostrando que o programa está alcançando o seu objetivo.

A Região Nordeste tem a terceira menor área plantada, mas a segunda menor produção e área segurada. No início do período estudado poucos de seus estados eram beneficiados pelo programa, apenas Bahia e Paraíba em 2006, após 2013 todos começaram a ser contemplados para culturas bem variadas.

O aumento do seguro no Norte e Nordeste pode estar relacionado ao ZARC, mas também ao Governo PT, iniciado em 2003 com o Presidente Luís Inácio “Lula” Da Silva e terminado com a Presidenta Dilma Rousseff em 2016. Este governo tinha como foco a melhora econômica e social do Norte e do Nordeste do país, que eram grande parte dos seus eleitores e que era considerada negligenciada pelos governantes anteriores.

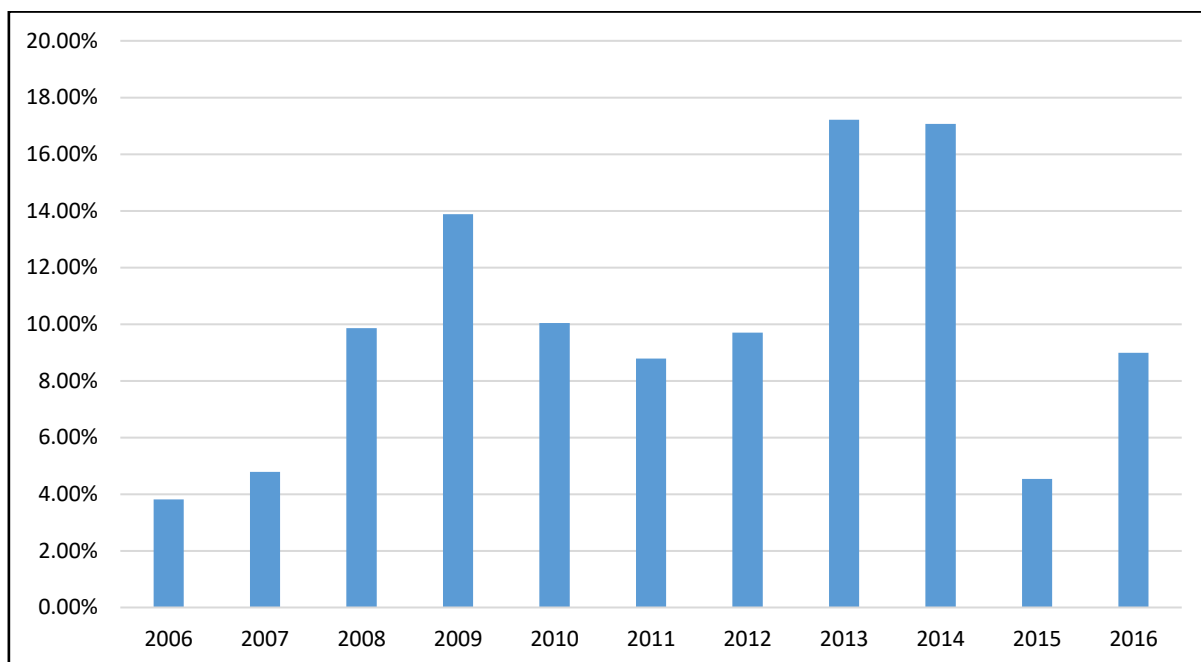
O Centro-Oeste tem a maior produção e área plantada do Brasil, e a segunda maior área segurada segundo os indicadores do MAPA menor apenas do que a área segurada do Sul. O Distrito Federal tem uma das menores áreas plantadas do país, mas ainda assim recebe muito subsídio para uma grande variedade de culturas, isso ocorre por ter um território pequeno e ser o centro administrativo do país, tornando fácil a administração territorial e a divulgação dos programas a população.

O Sudeste fica em terceiro lugar em todas as variáveis. Minas Gerais e o Espírito Santo tem o café como a cultura mais segurada, diferente da maioria dos estados em que a Soja é a campeã.

A Região Sul do país com apenas três estados – Paraná, Rio grande do Sul e Santa Catarina – possui a segunda maior produção do país e a maior área segurada. O Paraná é o Estado da Federação campeão em apólices, área segurada, valor segurado, prêmio beneficiados e subvenção recebida, a maioria para acultura de soja, trigo e milho.

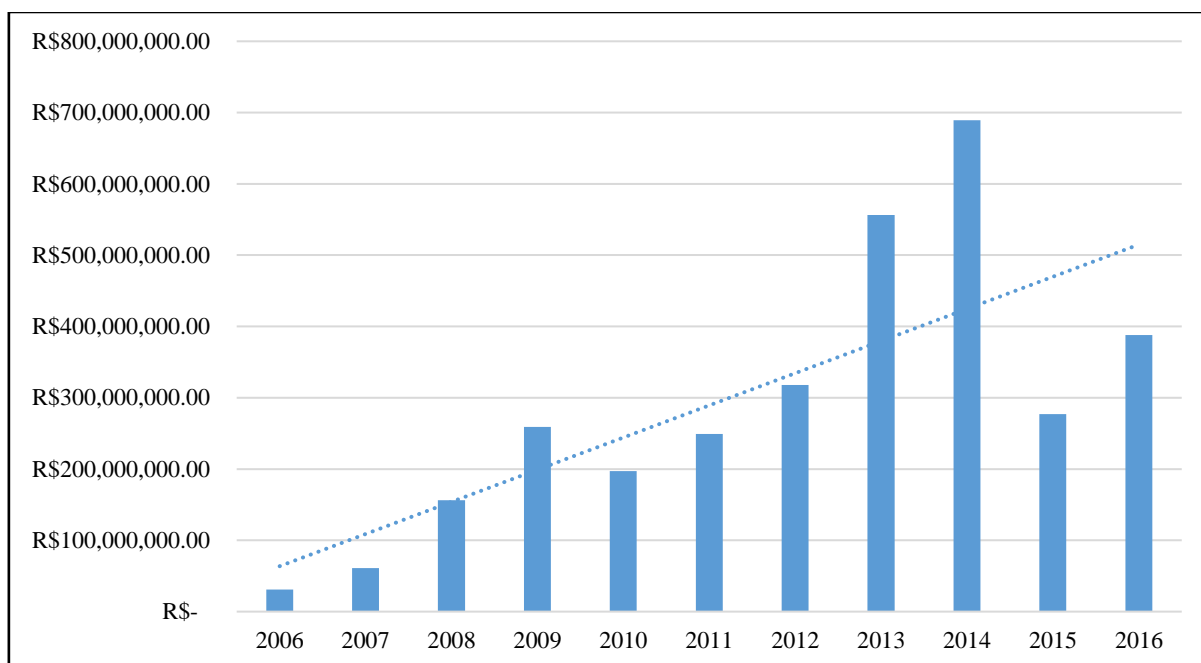
Segundo Macedo, Pacheco e Santo (2013), a importância das plantações de soja, milho, uva e maçã na Região Sul faz com que o programa se concentre nesta região, além dos riscos atribuídos ao clima que também tem impacto positivo na contratação de seguro. Já a falta de series de dados de produtividade para o Centro-Oeste, dificulta a mensuração do prêmio, elevando o risco da região e reduzindo a contratação de seguro.

Um dos objetivos do PSR é aumentar a área agrícola segurada no país, como vemos no Gráfico 4, a porcentagem de área plantada segurada mudou muito nos anos estudados. O ano com a menor parcela da área segurada foi 2006 quando o programa começou de fato, porém podemos ver que a porcentagem em 2015 foi pouco maior.

Gráfico 4: Porcentagem de área plantada segurada.

Fonte: Elaboração própria com base no site do MAPA e no da CONAB (2017).

O ano de 2015 foi o de menor área segurada, isso ocorreu devido à crise econômica que fez com que o subsídio disponibilizado pelo governo diminuísse como mostra a Gráfico 5. De 2006 a 2014 a tendência do subsídio foi de aumento, caindo consideravelmente em 2015.

Gráfico 5: Subsídio de 2006 a 2016.

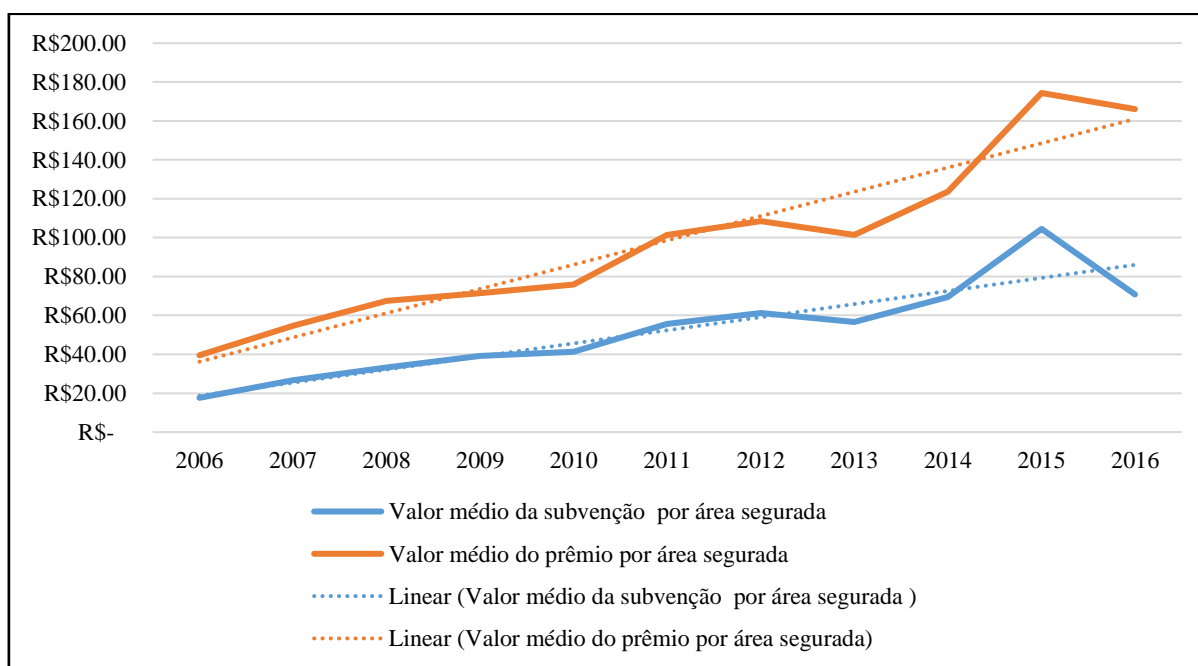
Fonte: Elaboração própria com base no site do MAPA (2017).

O ano de 2014 foi o melhor para o PSR, todos os números foram ultrapassados mostrando que o programa estava cumprindo seus objetivos. Porém em 2015 com todos os acontecimentos políticos e econômicos, a subvenção foi a menor desde 2012 o que abaixou todos os números do programa. O seguro rural brasileiro é dependente da subvenção, assim como em muitos outros países.

Podemos ver no Gráfico 6, que os valores médios do prêmio e de subvenção por área segurada aumentaram no decorrer dos anos, linearmente até 2013, quando teve uma leve queda e logo após um grande aumento mostrando um pico em 2015. Um dos três objetivos do programa é diminuir o valor do prêmio tornando-o mais acessível aos produtores rurais. O aumento no valor do prêmio por Hectare vai contra este objetivo e foi acarretado por causa da diminuição do valor disponível para a subvenção.

O custo do prêmio pago pelo produtor rural é diretamente proporcional à subvenção disponibilizada pelo governo. O risco da inadimplência causada pela diminuição da subvenção faz com a seguradora aumente o valor do prêmio.

Gráfico 6: Valores médios por áreas seguradas.



Fonte: Elaboração própria com base no site do MAPA (2017).

Apesar da queda dos custos em 2016, é provável que 2017 apresentará novamente os custos elevados. O governo previu uma subvenção de 400 milhões para este ano, valor pouco superior a de 2016 e até outubro haviam liberado pouco mais do que a metade, 280 milhões. Foi anunciado que em 2018 haverá corte de 5% no subsídio.

O Quadro 1 mostra o valor da subvenção disponibilizada pelo governo dividida pelo área segurada em cada uma das cinco regiões. Podemos ver que em 2006 o Norte teve o maior valor em todos os anos. Para segurar 50 hectares de uma plantação de maça no valor segurado de R\$ 1.020.885,00, no Tocantins, o governo desembolsou R\$30.218,19. O equivalente a aproximadamente R\$ 604,36 por hectare. No ano seguinte não foram feitos seguros no Norte do país. Em 2016, último ano estudado, o Norte teve o menor valor de subvenção por hectare.

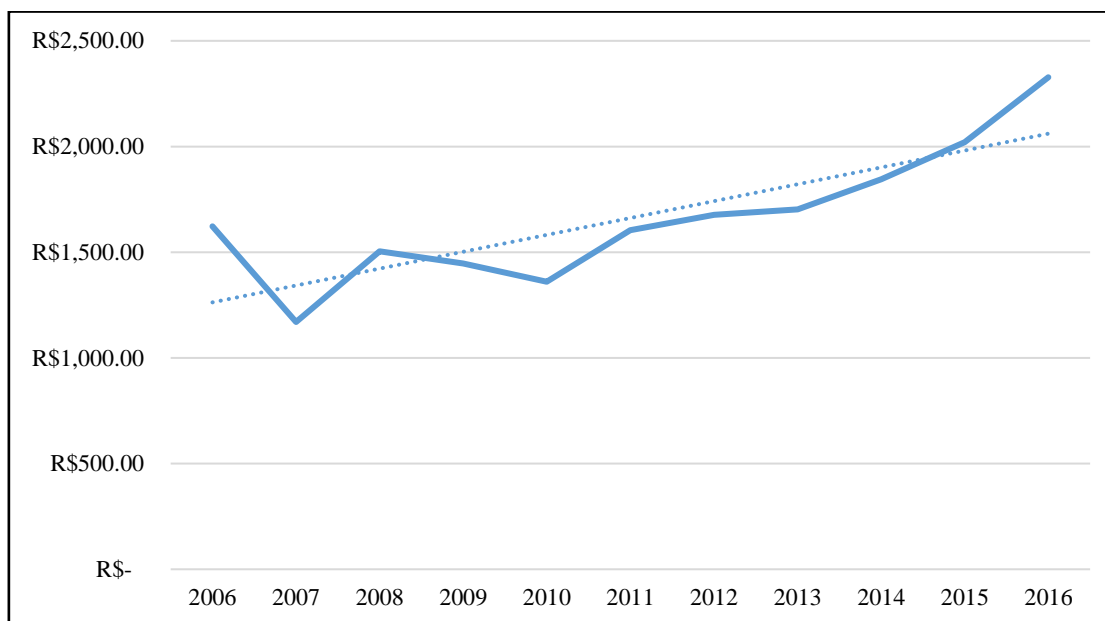
O valor médio da subvenção por hectare no Norte tendeu para baixo a partir de 2008. Nordeste e Centro-oeste se mantiveram lineares, enquanto Sul e Sudeste tiveram uma ligeira subida proporcional nas duas regiões com o maior valor em 2015, R\$112,98 no Sul e R\$128,66 no sudeste.

Quadro 1: Valor médio da subvenção por área segurada.

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Sul	19,13	32,79	37,98	46,21	46,36	57,63	64,88	63,68	84,92	112,98	83,77
Sudeste	30,16	35,04	38,18	47,73	58,25	73,75	75,32	57,81	71,92	128,66	81,85
Centro-Oeste	11,10	11,45	17,67	20,43	18,19	29,17	31,59	35,30	33,85	45,84	33,66
Nordeste	24,23	21,46	43,44	41,70	39,74	45,35	51,40	51,40	51,55	55,83	62,14
Norte	604,36	0,00	31,33	28,53	26,31	32,66	33,26	33,26	39,04	44,00	14,77

Fonte: Elaboração própria com base no site do MAPA (2017).

O prêmio é diretamente proporcional à subvenção e apresentou as mesmas características. Tendo o maior valor no Norte em 2006 em que o hectare estava custando ao agricultor aproximadamente R\$ 1.510,00.

Gráfico 7: Média do valor segurado por área segurada.

Fonte: Elaboração própria com base no site do MAPA (2017).

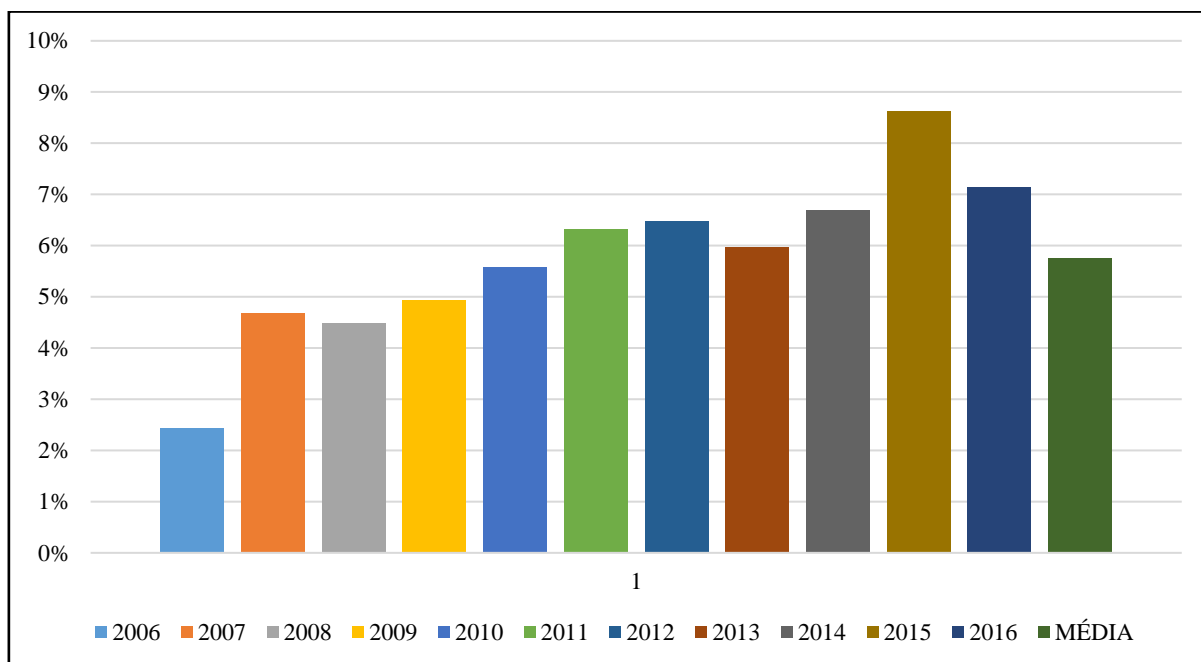
O valor segurado é a importância que se atribui ao bem segurado. No Gráfico 7, houve uma grande variação no decorrer dos anos. Mas a tendência foi para um aumento do valor.

Quadro 2: Subvenção sobre o prêmio.

2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
45%	49%	49%	55%	54%	55%	56%	56%	56%	60%	43%

Fonte: Elaboração própria com base no site do MAPA (2017).

O Quadro 2 mostra o quanto valor do prêmio por hectare e foi pago pelo governo por meio de subvenção. É possível perceber que a média do período é de pouco mais que 50% do valor total. Nos três primeiros anos estudados a subvenção não chegou aos 50% do prêmio, ultrapassando esta marca nos sete anos seguintes. Importante destacar que em 2015, ano de crise em que a subvenção foi menor do que o esperado, o governo pagou quase 60% do prêmio para os agricultores. E neste mesmo ano o número de produtores beneficiados caiu bastante, representando aproximadamente 38% do ano anterior.

Gráfico 8: Prêmio sobre valor segurado.

Fonte: Elaboração própria com base no site do MAPA (2017).

O Gráfico 8 mostra percentualmente o quanto o prêmio por hectare representa do valor segurado por hectare. O valor é pequeno, ultrapassando os 7% apenas em 2015.

5 CONCLUSÃO

A agropecuária e o agronegócio são setores em crescimento e importantes para o país tanto economicamente, devido a participação no PIB, aos bens agrícolas exportados e a matéria prima para a indústria que proveniente do setor, tanto socialmente. Este setor é responsável por empregar parte da população brasileira além de fornecer alimento e outros recursos indispensáveis para a vida. Os riscos e as incertezas são maiores nestes ramos do que em outros, o que torna necessária a criação de mecanismos para gerenciar e minimizar as perdas.

O setor de seguros está em grande expansão no país desde o Plano Real, mas são poucos os agricultores que procuram este instrumento para amenizar suas perdas quando ocorridas, assim como são poucas as seguradoras que ofertam este tipo de seguro. O seguro rural é um dos instrumentos que podem ser usados para o gerenciamento do risco na agropecuária e pode ser um ramo promissor de negócio para as seguradoras.

Porém é muito dispendioso para o agricultor gerenciar os riscos, como forma de ajuda e de conscientização da importância do gerenciamento o governo criou programas e políticas para o agricultor. Entre estes programas estão PSR e o PROAGRO.

O PSR ainda é muito recente, 12 anos, ainda é necessário tempo para que os objetivos do programa sejam alcançados. O programa semelhante implementado pelo governo americano demorou quase 60 anos para alcançar a marca de 80% da área plantada segurada, e neste tempo várias mudanças foram feitas em suas regras para obter melhores resultados. Em seus melhores anos o PSR não alcançou a faixa dos 20% da área plantada segurada.

A seguradora com maior participação no programa, é ligada ao Banco do Brasil que é um banco estatal. Foi visto também que existe um grupo segurador, constituído pelas seguradoras Aliança do Brasil (BB Seguros) e Mapfre, ligado ao mesmo banco. Isso mostra que além da subvenção ao produtor o governo auxilia com seguros feitos pelas seguradoras ligadas a ele.

As regiões Norte e Nordeste foram as que mais evoluíram nos anos estudados, em parte por causa do estudo de zoneamento agrícola climático que começou a ser realizado neste lugares e também pelo foco do governo para o desenvolvimento desta região.

Os custos por hectare não modificaram muito no decorrer dos anos, com exceção do Norte onde diminuíram consideravelmente. Um dos objetivos do programa é reduzir o custo da contratação do seguro, para que o subsídio possa atender o maior número de agricultores e

para que no futuro não exista a necessidade de ajuda governamental, até então não podem ser consideradas melhoras neste sentido.

Observa-se que os valores dos custos do prêmio dos seguros e dos subsídios não mudaram muito no período de 2006 a 2016 e supondo que as alterações ocorridas foram devido à inflação os aumentos foram irrelevantes.

A soja é o grão mais segurado pelo programa e também o produto mais exportado pelo país. A exportação de carnes está entre as 10 maiores do Brasil e o seguro pecuário entre os menos beneficiados pelo PSR. O governo deve deveria intensificar, por meio de campanhas ou aumento do subsídio para este tipo de seguro, devido à importância deste setor para a economia e para a sociedade.

O programa é necessário, entre outros motivos, para que o produtor se conscientize da necessidade de cobrir os riscos do seu negócio, mas para que possa pagar pela cobertura do seguro é necessário que o governo continue subsidiando parte dos custos, atualmente em média de 50% do valor que deve ser pago para a seguradora.

Porém, com a atual incerteza econômica do país, não pode-se afirmar que será possível continuar pagando a metade do prêmio e caso haja uma redução poderá haver um retrocesso nos objetivos do programa, pois, os produtores poderão desistir de fazer seguro e as seguradoras poderão diminuir a oferta com medo da inadimplência.

Devido a impossibilidade de encontrar dados sobre o seguro rural contratado pelos agricultores fora do PSR, a pesquisa é limitada ao programa. Outro trabalho poderia ser realizado com a obtenção destes dados com a SUSEP. Podendo melhor avaliar como está o seguro rural no Brasil.

A comparação, avaliação e aprofundamento entre a intersecção entre o PROAGRO e o PSR também seria uma sugestão para trabalhos futuros.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, G.; SANTOS, G. R.; SOUZA, A. G. **Seguro agrícola no Brasil e o desenvolvimento do Programa de Subvenção ao Prêmio.** Texto para Discussão. IPEA, Brasília, dezembro de 2013.

BANCO MUNDIAL. **Revisão Rápida e Integrada da Gestão de Riscos Agropecuários no Brasil: Caminhos para uma visão integrada.** Brasília, 2015.

BANCO MUNDIAL; MAPA; EMBRAPA. **Revisão Rápida e Integrada da Gestão de Riscos Agropecuários no Brasil.** Caminhos para uma visão integrada. Brasília, 2015.

BEZERRA, A. M.; HEIM, J. G.; HEIM, S. T. F. T. G.; LEITE, A. S.; PEREIRA, W. C. **O seguro rural como opção de garantia contra os riscos da atividade rural no contexto do mercado de seguros.** REVISTA MAGSUL DE ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE, v. 02, p. 77, 2017.

BRASIL. Decreto-lei nº 73, de 21 de novembro de 1966.. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0073.htm>. Acesso em: 4 nov. 2017.

BRASIL. Lei nº 5.969, de 12 de dezembro de 1973. Institui o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L5969.htm>. Acesso em: 4 nov. 2017.

BRASIL. **Auditoria operacional para avaliação da eficácia do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural.** (TC no 039.811/2012-3). Secex Ambiental/TCU, 2013.

BRASIL. CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento – Séries Históricas. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1252&ordem=>>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

BRASIL. decreto nº 5.121, de 29 de junho de 2004. Regulamenta a Lei no 10.823, de 19 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a subvenção econômica ao prêmio do Seguro Rural e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5121.htm>. Acesso em: 10 out. 2017.

BRASIL. lei complementar nº 137, de 26 de agosto de 2010. Autoriza a participação da União em fundo destinado à cobertura suplementar dos riscos do seguro rural; altera dispositivos da Lei no 10.823, de 19 de dezembro de 2003, da Lei Complementar no 126, de 15 de janeiro de 2007, do Decreto-Lei no 73, de 21 de novembro de 1966, do Decreto-Lei no 261, de 28 de fevereiro de 1967, e da Lei no 4.594, de 29 de dezembro de 1964; revoga dispositivos da Lei no 8.171, de 17 de janeiro de 1991, da Lei no 10.823, de 19 de dezembro de 2003, e do Decreto-Lei no 73, de 21 de novembro de 1966; e dá outras providências.. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp137.htm>. Acesso em: 10 out. 2017.

BRASIL. lei nº 10.823, de 19 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a subvenção econômica ao prêmio do Seguro Rural e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.823.htm>. Acesso em: 10 out. 2017.

BRASIL. lei nº 13.195, de 25 de novembro de 2015. Altera a Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, para estabelecer que a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. – ABGF ficará encarregada da gestão do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural – FESR até a completa liquidação das obrigações deste Fundo, as Leis n.ºs 4.829, de 5 de novembro de 1965, e 10.823, de 19 de dezembro de 2003, e o Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13195.htm>. Acesso em: 12 out. 2017.

BRASIL. Lei nº 2.168, de 11 de janeiro de 1954. Estabelece normas para instituição do seguro agrário. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L2168.htm>. Acesso em: 10 out. 2017.

BRASIL. MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – PSR – Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural. Disponível em: <<http://indicadores.agricultura.gov.br/atlasdoseguro/index.htm>>. Acesso em: 12 de nov. 2017.

BRASIL. MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. – Seguro Rural. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/riscos-seguro/seguro-rural/seguro-rural>>. Acesso em: 12 de nov. 2017.

BRASIL. MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. – Zoneamento agrícola. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/riscos-seguro/risco-agropecuário/zoneamento-agricola>>. Acesso em: 12 de nov. 2017.

BRASIL. MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. – Agromais. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/agromais/agropecuaria-brasileira.html>>. Acesso em: 19 de nov. 2017.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Plano Agrícola e Pecuário 2014-2015 / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**. Secretaria de Política Agrícola, Brasília, 2014.

BRASIL. **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Plano Agrícola e Pecuário 2015-2016**. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Política Agrícola, Brasília, 2015.

BRASIL. **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Plano Agrícola e Pecuário 2016-2017** / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Política Agrícola, Brasília, 2016.

BUAINAIN, A. M.; SILVEIRA, R. L. F. **Manual de avaliação de riscos na agropecuária: um guia metodológico**. Fundação Escola Nacional de Seguros – Funenseg. Rio de Janeiro, 2017.

CAPELLESSO, A.J.; CAZELLA, A. A.; SCHMITT FILHO, A. L.; **A sustentabilidade nas políticas públicas de crédito rural e seguro agrícola para a agricultura familiar**. Revista de Ciências Sociais, v.7, no 1, p.157-188, jan./jun. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/seculoxxi/article/view/28134>>. Acesso em 12 nov. 2017.

CANAL RURAL. **Saiba por que apenas 1% dos pecuaristas faz seguro pecuário**. Disponível em: <<http://www.canalrural.com.br/noticias/rural-noticias/saiba-por-que-apenas-dos-pecuaristas-faz-seguro-pecuario-69788>>. Acesso em: 29 nov. 2017.

CNSEG, Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização - Relatório de Sustentabilidade do Setor de Seguros de 2016 Disponível em: <<http://cnseg.org.br/cnseg/publicacoes/relatorio-de-sustentabilidade/relatorio-de-sustentabilidade-do-setor-de-seguros-8A8AA89F5E3A2A33015E4E1638E74247.html>>. Acessado em: out. 2017.

CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUARIA DO BRASIL. **Cenário do agronegócio mundial – II**. Disponível em: <<http://www.cnabrazil.org.br/artigos/cenario-do-agronegocio-mundial-ii>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

CUNHA, A. S. **Um seguro agrícola “eficiente”**. Texto para Discussão nº 255, de 2002. Brasília: Universidade de Brasília, 2002.

DEEPASK. **Confira a participação dos setores da economia no PIB do Brasil**. Disponível em: <http://www.deepask.com.br/goes?page=Confira-a-participacao-dos-setores-da-economia-no-PIB---Produto-Interno-Bruto---do-Brasil>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

FARIAS, A. B. E. **SEGURO RURAL, POLÍTICA PÚBLICA E A MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA NO CAMPO BRASILEIRO**. 2016. 114 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Direito Agrário - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Direito (FD), Goiânia, GO, 2016.

FERREIRA, A.L.C.J.; FERREIRA L. da R. **Experiências internacionais de seguro rural e as novas perspectivas de política agrícola para o Brasil**. Econômica, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 131 – 156, jun. 2009.

FORNAZIER, A.; SOUZA, P. M.; PONCIANO, N. J. **A importância do seguro rural na redução de riscos da agropecuária**. Revista de Estudos Sociais – Ano 2012, Nº 28, Vol. 14 Pag. 39.

GUIMARÃES, M. F.; NOGUEIRA, J. N. **A experiência norte-americana com o seguro agrícola: lições ao Brasil?** RESR, Piracicaba, São Paulo, vol. 47, nº 01, p. 27-58, jan./mar. 2009 – impressa em abril 2009

MACEDO, L. O. B.; PACHECO, A. B.; SANTO, E. S. do E. **A evolução do Programa de Subvenção do Prêmio do Seguro Rural: uma avaliação do período 2006-2010**. Revista de Estudos Sociais – Ano 2013, Nº 29, Vol. 15.

MEDEIROS, Estela Alves de. **Avaliação da Implementação do Programa de Subvenção do Prêmio do Seguro Rural**. RESR, Piracicaba SP, Vol. 51, Nº 2, p. 295-308, Abr./Jun. 2013 – Impressa em Julho de 2013.

NOTÍCIAS AGRÍCOLAS. **Sai primeiro Zoneamento Climático do AP junto com mais 20 estados** - Notícias Agrícolas. Disponível em:

<<https://www.noticiasagricolas.com.br/noticias/agronegocio/201433-sai-primeiro-zoneamento-climatico-do-ap-junto-com-mais-20-estados.html#.WfXyYVtSz3g>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

OZAKI, V. A. **Qual o Custo Governamental do Seguro Agrícola?** RESR, Piracicaba-SP, Vol. 51, Nº 1, p. 123-136, Jan/Mar 2013 – Impressa em Abril de 2013.

OZAKI, V.; SHIROTA, R. **A experiência do seguro agrícola nos EUA: evolução e performance.** Revista Brasileira de Risco e Seguro. Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 69-87, out./nov. 2006.

PEREIRA, R. S. **Custo do seguro de florestas em plantios florestais.** 2017. 71 p. Dissertação (mestrado) – programa de Pós-graduação em Ciência Florestal - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, MG, 2017.

RAMOS, R. C. **O Seguro rural no Brasil: origem, evolução e proposições para aperfeiçoamento.** Revista Informações Econômicas, São Paulo. v.39, n. 3, mar. 2009.

SANTOS, G. R.; SILVA, F. C. **Dez anos do Programa de Subvenção ao Prêmio de Seguro Agrícola: proposta de índice técnico para análise do gasto público e ampliação do seguro.** Texto para Discussão. IPEA, Rio de Janeiro, abril de 2017.

SANTOS, V.G.; SILVA, J.A.; TEIXEIRA, M. do S. G. **Avaliação do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural – 2005 a 2012.** Revista de Política Agrícola, Brasília, DF, ano 23, n. 1, p. 105-118, Jan./Fev./Mar. 2014.

Seguro Rural Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural – PSR **Relatório Estatístico.** 2016.

SOUZA, S. **Seguros, contabilidade, atuaria e auditoria.** São Paulo: Saraiva, 2002

SUSEP. Resolução CNSP n.º 339, de 2016. Dispõe sobre o Seguro Rural e o Fundo de Estabilidade do Seguro Rural – FESR, de sua administração e controle por seu gestor, e dá outras providências. Disponível em:

<<http://www2.susep.gov.br/bibliotecaweb/docOriginal.aspx?tipo=1&codigo=37980.htm>>.

Acesso em: out. 2017.